

## **A FORMAÇÃO DO PROFESSOR(A) DE ARTES NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA FONTE EMANCIPATÓRIA E PLURAL DA HUMANIDADE**

Lucimara Espich<sup>1</sup>  
Kassieli Lima<sup>2</sup>  
Cleusa Inês Ziesmann<sup>3</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Este estudo investiga o papel das Artes no âmbito da Educação Especial Inclusiva, considerando sua relevância como instrumento emancipatório e promotor da pluralidade humana. Busca-se compreender como as práticas artísticas favorecem o desenvolvimento cognitivo e emocional, possibilitando a expressão e a participação plena de estudantes com diferentes habilidades no ambiente escolar. A motivação reside na necessidade de compreender como as Artes contribuem para a efetivação de uma educação inclusiva e democrática, alinhada a alinhada à LDB (Lei nº 9.394/96), à Lei de Acessibilidade (Lei nº 10.098/2000), à Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), à BNCC(2023) e demais normativas.

A discussão teórica fundamenta-se em autores como Carvalho (2011), Ziesmann (2018), Mantoan e Lanuti (2022), além das legislações vigentes. A etapa empírica, em andamento, envolve entrevistas com docentes da rede pública de Concórdia/SC. A questão central é: de que forma as Artes podem contribuir para a criação de um ambiente escolar inclusivo e democrático, assegurando o desenvolvimento das potencialidades de todos os estudantes, independentemente de suas especificidades?

O objetivo geral é analisar como as Artes podem ser integradas às práticas pedagógicas em escolas públicas municipais de Concórdia/SC, promovendo a inclusão e o respeito às diferenças. Os objetivos específicos abrangem a análise das estratégias utilizadas por docentes de Artes para atender à diversidade de estudantes, a avaliação da formação inicial e continuada dos docentes, a investigação da contribuição das práticas artísticas para a construção de ambientes acolhedores, bem como a identificação dos desafios enfrentados no uso da Arte como instrumento de inclusão. Ainda se propõe a realização de uma oficina de formação docente intitulada "Artes como meio para a Inclusão Educacional: Estratégias e Práticas para Alunos com Deficiência", com o intuito de fortalecer as competências pedagógicas e fomentar práticas inclusivas, atendendo também à obrigatoriedade do ensino de Artes prevista na Lei 5983/23.

### **1 METODOLOGIA**

Esta pesquisa, de abordagem qualitativa desenvolvida na modalidade de Estudo de Caso, analisa práticas pedagógicas inclusivas no ensino de Artes em escolas da rede pública municipal de Concórdia/SC envolvendo docentes que

<sup>1</sup> Mestranda do Curso de Pós-Graduação Profissional em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim, – 4ª Fase/ 2º Semestre/2025. [lucimaraespicha@gmail.com](mailto:lucimaraespicha@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestranda do Curso de Pós-Graduação Profissional em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim, – 4ª Fase/ 2º Semestre/2025. [kassylima2021@gmail.com](mailto:kassylima2021@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Profa. do Pós-Graduação Profissional em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim e do Domínio Conexo e de Pedagogia – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul – campus Cerro Largo/RS. [cleusa.ziesmann@uffs.edu.br](mailto:cleusa.ziesmann@uffs.edu.br)

atuam com estudantes da Educação Especial. A natureza qualitativa justifica-se pela necessidade de interpretar, em profundidade, as percepções, experiências e práticas desses profissionais.

O percurso metodológico apoia-se em Lüdke e André (1986), utilizando entrevistas semiestruturadas como principal técnica de coleta de dados realizadas presencialmente com pesquisadora e entrevistado(a) em ambiente reservado, conforme os protocolos éticos estabelecidos. A coleta de dados está sendo realizada por meio da gravação de áudio das entrevistas, com consentimento prévio dos participantes, utilizando equipamento seguro e armazenamento de dados em dispositivo físico (pen-drive), sob a guarda da orientadora na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), conforme estabelece a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Após o prazo de cinco anos, os registros serão devidamente eliminados.

A análise dos dados seguirá os princípios da Análise Textual Discursiva (ATD), de Moraes e Galiazzi (2007), com foco na reconstrução dos significados emergentes a partir das narrativas dos participantes. A amostra é composta por seis docentes — três de Artes e três de Educação Especial — que atuam diretamente com estudantes incluídos, possibilitando a obtenção de dados representativos para a análise proposta. A seleção dos participantes segue critérios previamente definidos, sendo formalizada mediante convite por e-mail e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A abordagem analítica adotada reconhece a realidade como construída e instável, demandando da pesquisadora constante reflexão crítica sobre o material empírico. Além disso, foi solicitada às instituições participantes a declaração formal de ciência e concordância para a realização da pesquisa. Ao final, os resultados serão socializados com os participantes, reafirmando o compromisso ético com a transparência, a valorização dos sujeitos e a democratização do conhecimento científico.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A formação docente no século XXI enfrenta desafios significativos diante das transformações tecnológicas, sociais e culturais contemporâneas, exigindo dos docentes uma atuação flexível, inovadora e sensível às múltiplas necessidades dos estudantes. A sociedade democrática e plural impõe a necessidade de reorganização dos sistemas educacionais, exigindo contínuas atualizações para a valorização da diversidade cultural nas salas de aula (Costa *et al.*, 2020). No entanto, persistem dificuldades históricas nas políticas de formação docente, como a ausência de práticas pedagógicas efetivas nos cursos de licenciatura, a desvalorização profissional e a defasagem entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica (Ziesmann, 2018). Como destacam Nunes e Miranda (2021, p. 141), "o Brasil necessita de um projeto nacional de educação que contemple uma escola unitária e plural, capaz de articular a riqueza e a diversidade cultural do nosso povo".

A precariedade da formação continuada, o despreparo para o uso de tecnologias, a carência de recursos e a insuficiência na preparação para a educação inclusiva são apontados como entraves persistentes à qualificação docente. Soma-se a isso a sobrecarga de trabalho, a violência e o desrespeito aos profissionais da educação, afetando sua saúde emocional e prestígio social. Nesse contexto, Freire (1987) propõe uma escola como espaço de transformação, onde o respeito às diferenças e a superação de práticas excludentes se tornam imperativos. Ziesmann

(2018) acrescenta que apesar dos avanços legais que asseguram o direito à Educação Básica para todos, ainda há barreiras estruturais, pedagógicas e atitudinais que dificultam a plena inclusão. Para Batista (2017) não basta garantir só o acesso, mas o pertencimento e a participação ativa de todos os estudantes.

A Educação Inclusiva consolida-se como um movimento político, cultural e pedagógico que articula igualdade e diferença como valores complementares de enfrentamento a práticas discriminatórias históricas. Contudo, a abertura arquitetônica das escolas nem sempre é acompanhada por mudanças pedagógicas significativas, especialmente na inclusão de estudantes com deficiência (Brasil, 2010). Assim, torna-se imprescindível a formação crítica e continuada dos profissionais da educação, voltada a práticas pedagógicas inclusivas, emancipadoras e dialógicas (LDBEN, 1996). Para Sasaki (2010, p. 45), "a inclusão é um processo que visa eliminar as barreiras e garantir que todos, independentemente de suas deficiências, possam participar plenamente e com igualdade de oportunidades".

A prática pedagógica deve ser investigativa, reflexiva e sensível às especificidades dos alunos, sendo a Arte, enquanto linguagem simbólica, central na construção de significados, valores e conhecimentos. A afetividade fortalece vínculos e promovendo autoestima (Carvalho, 2011). Saviani (1995) ressalta que a prática educativa é o ato de humanizar o indivíduo historicamente. O compromisso com a educação inclusiva e democrática deve ser compartilhado por toda a comunidade escolar, superando padrões tradicionais de ensino e integrar tecnologias digitais, metodologias ativas e habilidades socioemocionais (Costa *et al.*, 2020; Base Curricular Municipal, 2023). Em um cenário de constantes transformações, educar é semear possibilidades de crescimento singular, pois, como lembra Mantoan e Lanuti (2022, p. 53), "cada semente tem seu crescimento próprio porque elas também não se repetem, têm uma vida singular, embora sejam de uma mesma espécie".

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A etapa empírica da pesquisa ainda está em andamento, e as reflexões a seguir baseiam-se em entrevistas realizadas até o momento, na legislação vigente e no referencial teórico adotado. Trata-se de análises preliminares, que serão aprofundadas conforme o avanço da coleta de dados. O estudo destaca os desafios da formação docente no século XXI, especialmente no que se refere à inclusão, práticas pedagógicas e uso de tecnologias. As transformações sociais, culturais e tecnológicas exigem que docentes adquiram competências mais amplas e atualizadas.

As entrevistas indicam que muitos docentes se sentem inseguros para atuar em contextos inclusivos, devido a falta de suporte institucional, materiais adaptados e formação específica. A escassez de formações continuadas voltadas a diversidade e ao uso de tecnologias assistivas acentua as desigualdades educacionais. Os dados preliminares indicam fragilidades na formação inicial, marcada pelo distanciamento entre teoria e prática, e uma formação continuada desarticulada das demandas da educação básica. Soma-se a isso a carência de preparo para lidar com a diversidade, a escassez de recursos e as dificuldades na integração das tecnologias digitais ao ensino. Apesar do discurso inclusivo, persistem barreiras estruturais e pedagógicas que comprometem o desenvolvimento pleno dos estudantes, sobretudo aqueles com deficiência, evidenciando a urgência de investimentos em políticas públicas que garantam formações críticas, reflexivas e efetivamente inclusivas.

Até agora, os dados sugerem práticas pedagógicas que valorizem o afeto, a escuta ativa e o protagonismo dos estudantes. A formação docente precisa ser contínua, colaborativa e pautada em valores éticos e humanos, fortalecendo a autonomia dos docentes e o reconhecimento das singularidades dos alunos. Além disso, a pesquisa aponta que o acesso a materiais didáticos acessíveis, como jogos educativos, recursos visuais, materiais concretos e tecnologias assistivas, ainda é limitado e desigual entre as escolas, comprometendo a inclusão, o estímulo à criatividade, o pensamento crítico e à participação ativa dos estudantes.

Por fim, discute-se que o uso das Artes e das tecnologias no ambiente escolar deve ser ressignificado, assumindo um papel de mediação para a aprendizagem significativa e o desenvolvimento integral dos alunos. A Arte, como linguagem universal e expressão simbólica, favorece a construção de vínculos afetivos e a valorização da diversidade. As tecnologias digitais, quando integradas de forma crítica e pedagógica, ampliam as possibilidades de ensino e aprendizagem, por meio da Arte, promovendo acessibilidade, inovação e inclusão. Assim, educar no século XXI implica reconhecer a complexidade dos processos formativos e comprometer-se com uma educação mais justa, democrática e transformadora.

## CONCLUSÃO

Diante das reflexões desenvolvidas neste estudo, reafirma-se a potência das Artes como instrumento fundamental para a construção de uma Educação Especial Inclusiva, plural e emancipadora. Reconhecendo a Arte como linguagem simbólica e expressão cultural, no fortalecimento da diversidade e na valorização das singularidades dos estudantes, no contexto escolar. A investigação, focada nas práticas pedagógicas de Artes nas escolas públicas municipais de Concórdia/SC, tem mostrado que a inserção de propostas artísticas inclusivas contribui para um ambiente escolar democrático, acolhedor e participativo. A pesquisa reforça a necessidade de garantir a todos os estudantes o direito à aprendizagem significativa e à participação ativa, considerando suas especificidades e trajetórias individuais.

Com base nos objetivos propostos, pode-se concluir, até o momento que as Artes, quando aliadas a estratégias pedagógicas inclusivas e afetivas, favorecem o desenvolvimento integral dos estudantes da Educação Especial. Apesar dos desafios enfrentados — como a precariedade da formação docente, a escassez de recursos didáticos acessíveis e as dificuldades no uso pedagógico das tecnologias —, observa-se um movimento de transformação nas práticas docentes, pautado no afeto, na escuta e no protagonismo estudantil. A realização da oficina de formação “Artes como meio para a Inclusão Educacional” ainda em processo de implementação, tem se mostrado uma iniciativa promissora para ampliar as competências dos professores e fortalecer práticas inclusivas.

Sugere-se para futuras pesquisas, o aprofundamento na análise das políticas públicas locais de formação docente em Artes para a inclusão e o desenvolvimento de materiais adaptados, reforçando o compromisso com uma educação justa, equitativa e transformadora.

## REFERÊNCIAS

BASE CURRICULAR MUNICIPAL. **Currículo da Rede Municipal de Ensino. Concórdia:** Secretaria Municipal de Educação, 2023.

BATISTA, Cláudio Roberto. **Inclusão e diversidade na educação: desafios e práticas pedagógicas**. São Paulo: Editora Vozes, 2017.

BRASIL. **Conselho Nacional de Saúde**. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 44, 24 maio 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 dez. 2000.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da educação. Secretaria da educação especial. **Marcos políticos legais da educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Secretaria de educação especial. Brasília, secretaria da educação especial. 2010.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: práticas e reflexões**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

COSTA, M. C. A. *et al.* **Metodologias ativas e inovação pedagógica: práticas para a sala de aula contemporânea**. São Paulo: Papirus, 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; LANUTI, José Eduardo de Oliveira Evangelista. **A escola que queremos para todos**. Curitiba: Editora CRV, 2022. Edição do Kindle. Disponível em: Amazon.com. Acesso em: 21 de março de 2025.

MORAES, Maria de Fátima; GALIAZZI, Maria Teresa. **Análise textual: o que é, como se faz**. 2. ed. São Paulo: Edição do Autor, 2007.

NUNES, César; MIRANDA, Eduardo Soncini. **A dimensão crítica e radical do pensamento de Paulo Freire diante da disputa pela hegemonia entre duas pedagogias no Brasil: horizontes possíveis e desafios imediatos**. Revista e-Curriculum, v. 19, 2021.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. São Paulo: Editora WVA, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1995.

ZIESMANN, C. I. **Inclusão, experiências e práticas pedagógicas: o atendimento educacional especializado na educação básica na perspectiva de Vygotsky**. Porto Alegre: Penso, 2018.